



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O IMPACTO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO COTIDIANO
ESCOLAR**

BEATRIZ CAMPOLINA DA SILVA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS IMPACTOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO COTIDIANO
ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestre Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais.

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

BEATRIZ CAMPOLINA DA SILVA

OS IMPACTOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em primeiro de agosto de dois mil e quinze, como requisito para a obtenção do título de Especialista e, gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professor Avaliador

Prof^a. Mestre Priscila Rezende Moreira- Orientadora

Beatriz Campolina da Silva- Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todo educador comprometido com a formação integral do aluno e sua transformação social.

AGRADECIMENTO

A Jesus que me capacitou com garra, foco e sucesso.

À minha colega Carmélia Nametala que me auxiliou na concretização dos meus objetivos, incentivando a todo o momento e dando suporte necessário à conclusão! Obrigada!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso- TCC propõe uma reflexão sobre os impactos das avaliações externas no cotidiano escolar e o processo de avaliação de uma forma geral nas escolas públicas estaduais, seus parâmetros, instrumentos, seus indicadores e como os resultados vão impactar na escola e comunidade escolar. É fundamental que as tomadas de decisões sobre o processo ensino aprendizagem sejam coerentes com Projeto Político Pedagógico – PPP da escola e que os resultados sejam fidedignos e proporcionem melhoria na educação de qualidade para todos. Para este estudo utilizamos como referência, entre outros, Darling e Ascher (1991), que em suas pesquisas verificam a necessidade da abordagem de todos os aspectos sociais e cognitivos nos instrumentos de avaliação que apresentem características como validade e credibilidade, e que, o processo de avaliação interna e externa da escola seja coerente e democrático, contemplando “todos” que fazem parte da escola.

Palavras-chave: Avaliação, Projeto Político Pedagógico, Instrumentos, Escola Democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS.....	11
2.1. Objetivo Geral:	11
2.2. Objetivos Específicos:	11
3. DESENVOLVIMENTO	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS.....	19
ANEXO 1 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL CARLOS CAMPOS	20

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo tema é sobre os impactos das Avaliações Externas no Cotidiano Escolar, tem como objetivo mostrar que essa prática avaliativa pode interferir positivamente nos resultados da escola quando é realizada tendo como ponto de partida o sujeito e seus fatores sociais, a fidedignidade dos instrumentos avaliativos e a democratização do conhecimento. Em contrapartida, a prática da avaliação externa, pode ser percebida de maneira negativa quando promove diferenças separando os ditos “melhores” e “excluindo” os “piores”, tanto em relação ao sujeito aluno, quanto os professores e a própria instituição.

A partir da análise feita do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Carlos Campos, foco da investigação do nosso objeto de estudo, verificamos que, apesar de alcançarmos excelentes resultados nas avaliações internas da escola e nas avaliações externas, tais como, PROEB¹, PROALFA², Prova Brasil e Provinha Brasil, não conseguíamos atingir a meta determinada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB.

Assim, percebemos que havia uma dicotomia entre o que a escola caracterizava como o saber “ideal” e o que as avaliações externas caracterizam como sendo próprio para cada segmento escolar. Portanto, cabe à gestão verificar quais são os instrumentos capazes de diagnosticar os efeitos da avaliação e analisar causas ou êxitos do fracasso escolar, tomando medidas preventivas para que o aluno seja avaliado da melhor maneira: dentro da realidade ora vivenciada nas nossas políticas públicas, mas, tendo sempre em mente que esses são sujeitos de uma realidade única e própria de uma sociedade ainda marcada por muita desigualdade social.

Diante desse fato foi importante e urgente que mudanças fossem realizadas no processo de ensino aprendizagem e na prática avaliativa e seus instrumentos, e também, uma conscientização dos professores por meio de estudos e pesquisas de autores como LUCKESI (2009), o que ampliou a visão do entendimento sobre avaliação.

¹ Avaliação da Rede Pública de Educação Básica.

² Programa de Avaliação da Alfabetização.

Nesse sentido, segundo LUCKESI, 2009, p. 85:

“[...] a prática de avaliação da aprendizagem destina-se a servir de base para tomada de decisões no sentido de construir com e nos educandos conhecimentos, habilidades e hábitos que possibilitem o seu efetivo desenvolvimento através da assimilação ativa do legado cultural da sociedade”.

A avaliação interna da Escola Estadual Carlos Campos procura seguir os princípios do autor, pois é formulada levando em consideração o nível de aprendizagem do aluno e a realidade em que o mesmo está inserido, porém, a referida escola também segue as avaliações externas quando padroniza instrumentos avaliativos, realizando um diagnóstico impreciso sem levar em consideração aspectos importantes na formação do aluno. Daí a necessidade de revermos o processo avaliativo da mesma e tomar medidas preventivas para que o desempenho do aluno seja satisfatório.

JUSTIFICATIVA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Carlos Campos foi elaborado coletivamente por professores, equipe pedagógica, pais e alunos, levando em consideração os elementos que compõem a estrutura organizacional da escola em seus aspectos físicos e sócio educativos. É atual, flexível, de conhecimento de toda equipe escolar e está em constante reflexão/ação sendo um direcionamento para tomada de decisões.

A gestão democrática foi um fator primordial na elaboração do PPP. Mas, apesar de todo trabalho elaborado, a questão da avaliação escolar ainda requer estudos e possivelmente mudanças. Ela deve ser encarada como elemento diagnóstico de caráter formativo onde os problemas detectados devem ser retrabalhados para o alcance dos resultados.

O tema escolhido pretende elencar os efeitos das avaliações externas nos resultados internos da escola, dentre eles:

- Abordagem das questões;
- Vocabulário utilizado nas avaliações;
- Formatação das provas.

Percebe-se, por meio do relato de autores como Darling-Hammond e Ascher (1991, p.31) que avaliar implica vários fatores, pois “indicadores não substituem nem as ideias educacionais nem as decisões sobre que políticas devem ser implementadas”. Ou seja, a avaliação não pode ser reduzida à mera atividade de elaborar e aplicar instrumentos de medida e sim subsidiar decisões e mudanças para a formação integral do educando, como uma bússola que pode indicar o caminho a seguir e depende do sujeito para interpretá-la e decidir qual a direção.

De acordo com LIBÂNEO (2009):

[...] o movimento de criação das avaliações externas do sistema educacional brasileiro coincide com a pós Conferencia Mundial sobre Educação para todos, Jontien, Tailândia em 1990, a UNESCO traçou prioridades para educação nos países periféricos dentre elas a qualidade educativa, mudança nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores (LIBÂNEO, 2009, P. 35)”.

Diante de tais mudanças espera-se que os resultados escolares fossem satisfatórios, porém, de acordo com estudos realizados pela Secretaria Estadual de Educação, os resultados obtidos pelas escolas públicas nas avaliações sistêmicas, não alcançaram os resultados esperados, há muito que melhorar. Um dos fatores a serem estudados seria quanto ao instrumento de avaliação que padroniza as atividades desconsiderando as diferenças individuais, sociais e cognitivas dos alunos. Segundo Afonso (2005, p. 18) “existem diferentes formas ou modelos de avaliação e cada uma traduz diferentes efeitos”.

As avaliações não devem ser vistas como vilãs no processo de ensino e aprendizagem, pois é por meio delas que o professor estabelece suas metas e propostas de ensino e viabiliza ações que oferecem condições melhores para a troca de saberes. É por meio das avaliações que o professor pode conhecer mais seus alunos e suas necessidades individuais, para que possam chegar ao sucesso do aprendizado. No processo de ensino e aprendizagem as avaliações, sejam elas de caráter diagnóstico, formativo ou somativo são práticas indispensáveis para o trabalho do docente e o desenvolvimento do aluno.

Nesse sentido, a avaliação diagnóstica, mesmo sendo para o professor captar o conhecimento inicial do aluno e se nortear no que diz respeito às estratégias e planejamento de ensino, deve ser realizada durante todo o processo do aprendizado. Sobre a avaliação formativa, é uma forma de conceder um momento de recuperação ao aluno que, por algum motivo, apresentou falhas durante o momento do aprendizado. Essa avaliação também deve ser feita de forma contínua e mais individualizada. A avaliação somativa é capaz de medir o aproveitamento do aluno ao final do processo e mostrar o seu grau de desempenho.

A Escola Estadual Carlos Campos trabalha em seu cotidiano pautado em diagnósticos realizados com avaliações periódicas e formativas elaboradas pelo professor e supervisão pedagógica considerando a clientela e o nível de aprendizagem dos alunos. Constatamos, após observações, que a escola avalia de uma maneira mais fidedigna do aluno ao passo que as avaliações externas padronizam o que avaliar com vocabulário próprio, textos grandes e provas extensas. Daí a necessidade de mudança na prática pedagógica da avaliação institucional escolar, adequando vocabulário, diretrizes curriculares e formatação ou modelo de avaliar.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

- Analisar os impactos das avaliações externas no cotidiano escolar da Escola Estadual Carlos Campos.

2.2. Objetivos Específicos:

- Analisar os critérios de averiguação, equidade e eficiência das avaliações externas;
- Averiguar os resultados alcançados pela escola;
- Apresentar as concepções teóricas sobre o tema Avaliação Escolar.

3. DESENVOLVIMENTO

Analisar as concepções e práticas da avaliação no contexto escolar e no sistema educacional por meio de políticas públicas de avaliação requer pesquisa, observação e mudanças pautadas no estudo e direcionamento de autores sobre o assunto.

De acordo com BROOKE (2006, p.379), as políticas de responsabilização educacional contêm em sua composição quatro ingredientes principais:

- Autoridade, cuja expressão se dá com a publicização dos resultados por escola;
- Informação por meio de padronização dos testes;
- Estabelecimento de padrões a fim de determinar o desempenho da escola;
- Criação de um movimento gerador de conseqüências que se expressam por meio de critérios estabelecidos previamente pela aplicação de sanções ou incentivos.

Essa forma, como é utilizada a avaliação na política pública, diverge da maneira como a mesma é realizada na escola. A avaliação do sistema público padroniza, mensura, sanciona ou incentiva ocasionando competições entre instituições. Já a avaliação institucional considera, de forma integrada, vários fatores relacionados à escola, subsidia reflexões e oferece dados qualitativos e quantitativos.

De acordo com Dias Sobrinho (2000, p. 103):

[...] a avaliação institucional é uma construção coletiva de questionamentos, é uma resposta ao desejo de ruptura das inércias, é um pôr em movimento um conjunto articulado de estudos, análises, reflexões e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa da instituição e do seu contexto, através da melhora dos seus processos e das relações psicossociais.

Diante do quadro de resultados nas avaliações externas, a direção da Escola Estadual Carlos Campos, juntamente com a equipe pedagógica, por meio de reuniões pedagógicas realizou um levantamento das causas do baixo resultado dos alunos.

Constatou-se que alguns aspectos eram relevantes na elaboração das avaliações externas, tais como: vocabulários, abordagem de questões e formatação das provas. Esses entravam em choque com a maneira que a Escola Estadual Carlos Campos desenvolvia seu trabalho de elaboração dos instrumentos avaliativos.

Durante as reuniões entre professores, pedagogos e direção escolar, alguns fatores foram analisados e modificações foram realizadas no planejamento escolar, dentre elas:

- Adequação do vocabulário nos enunciados das questões de acordo com as avaliações externas;
- Determinar números de questões nas avaliações;
- Analisar resultados após adequação dos instrumentos avaliativos;
- Retrabalhar as questões em que os alunos apresentaram maiores dificuldades.

A equipe pedagógica constatou o que *Luckesi* (2009, p. 85) acredita, que a avaliação “subsidiar decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo”. Por isso não pode ser estudada, definida e delineada sem um projeto que a articule.

É por meio deste planejamento que as tomadas de decisões, o acompanhamento constante e o envolvimento de todos os agentes no processo educacional sejam fundamentais para que as adequações sejam realizadas na escola.

A execução de uma avaliação formativa torna-se imprescindível para o sucesso do ensino e da aprendizagem. Por isso instituímos na Escola Estadual Carlos Campos aplicação de resultados de simulados periódicos, reforço escolar para os alunos de baixo desempenho, atividades diárias bem elaboradas e com vocabulário diversificado, abordagem de assuntos do cotidiano dos alunos e de sua comunidade escolar.

Esta forma de avaliar constata o que diz (PERRENOUD, 1999, p.122) “a avaliação só tem sentido e estiver a serviço das aprendizagens, associada a um ideário de pedagogia inovadora e diferenciada”, ou seja, para que a avaliação seja um processo que vise à melhoria da qualidade da educação oferecida pela instituição e também fator de transformação social, deve ser articulada, democrática e deve contemplar outros fatores das diferentes formas de avaliar.

A implementação dessas mudanças impactou de maneira positiva nos resultados das avaliações internas e externas e consequentemente o alcance das metas estabelecidas pelo Sistema Público de Ensino, IDEB - que a cada dois anos são realizados nas escolas públicas, e pela Prova Brasil nos conteúdos de Português e Matemática.

A escola já alcançou no ano de 2009 sua meta estabelecida pelo IDEB – índice: 7.1 para o ano de 2021.

Tabela 1 – IDEB Escola Estadual Carlos Campos - 2013

Escola ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
EE CARLOS CAMPOS	5.3	5.9	7.1	6.7	7.4	5.4	5.7	6.0	6.3	6.5	6.7	6.9	7.1

Fonte: Copyright MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A gestão pedagógica da Escola Estadual Carlos Campos planeja coletivamente e periodicamente suas avaliações partindo do diagnóstico realizado com os alunos por meio de avaliações internas semanais e bimestrais. Estes instrumentos avaliativos são padronizados em sua estrutura e valorização. O levantamento dos resultados é tabulado, as questões críticas são levantadas e retrabalhadas pelos professores sob orientação da supervisora pedagógica.

Outra metodologia aplicada na escola que proporciona melhoria nos resultados é a “Pedagogia de Projetos Interdisciplinares”, que são estabelecidos partindo das necessidades do ensino aprendizagem dos alunos, desenvolvendo um trabalho coletivo que estimula a participação dos pais nas tarefas do cotidiano dos alunos.

Dentre os conteúdos curriculares que são desenvolvidos pelos professores, a escola trabalha os seguintes projetos:

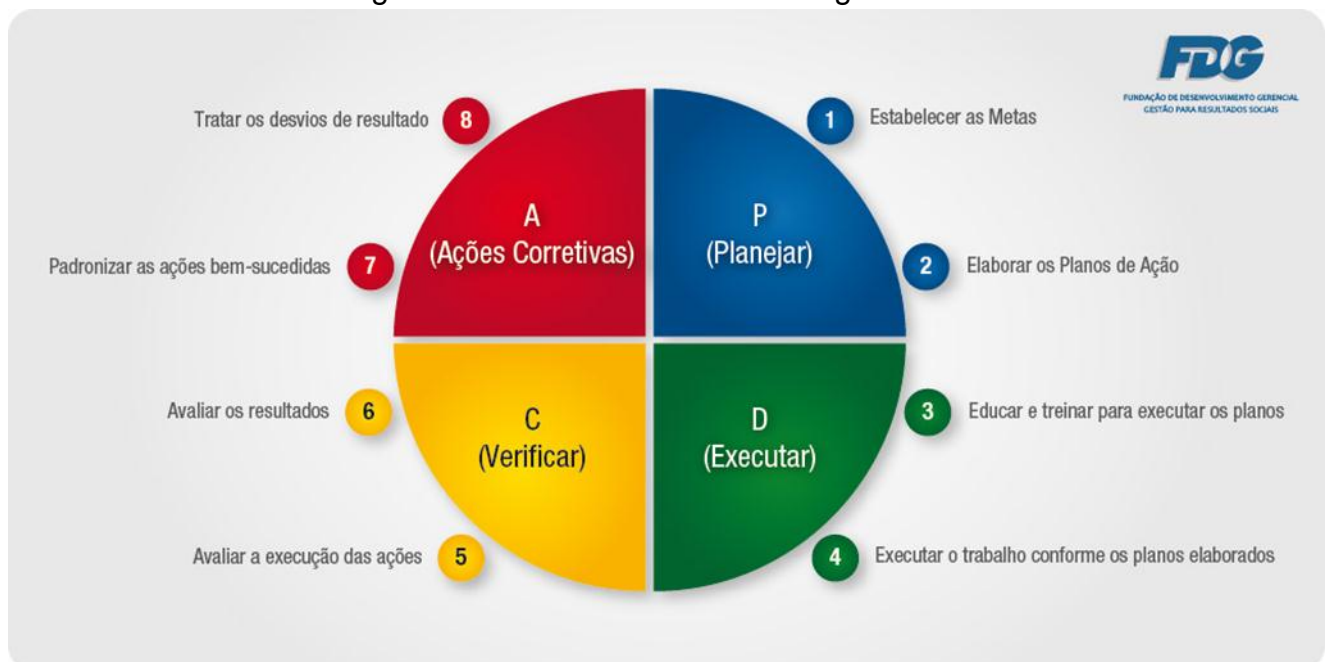
- Projeto Mala Viajante – Incentivo a leitura e a participação dos pais nas realizações das tarefas;
- Projeto Alfabetização no Tempo Certo – Trabalha a leitura e escrita tendo como referência os livros Cabe na mala e Pote de melado:

- Projeto “Cartas Trocadas” – Desenvolve a escrita e o vocabulário dos alunos na norma culta e realiza a interação com alunos de outra escola da comunidade;
- Projeto “Lugar de bicho é livre na natureza” – Promove a conscientização da preservação da fauna e da flora brasileiras e dá ciência aos pais sobre a legislação vigente sobre a fauna.

São desenvolvidas, também, parcerias com a “Pastoral do Menor”, e Serviço de Saúde do Serviço Social do Comércio (SESC) que além de trabalhar dentro da escola promove eventos cuja participação dos pais é bastante efetiva.

Outra parceria de sucesso é realizada com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG) que a partir do ano de 2007 até a presente data, presta gratuitamente consultoria na área administrativa e financeira da escola utilizando a metodologia científica GIDE, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Ciclo PDCA – Metodologia GIDE



INDG Tecnologia e Serviços, 2009.

Esta parceria contribuiu efetivamente para a mudança nos planejamentos da escola, passando de hipóteses para levantamentos precisos e assertivos, devido ao acompanhamento periódico do Plano de Ação estabelecido anualmente, de forma

coletiva, onde todo o trabalho pedagógico é definido, como também, a metodologia de ensino e avaliação interna. Todas essas estratégias e metodologia de trabalho asseguram o alcance de bons resultados.

A Escola Estadual Carlos Campos, por meio de uma ação conjunta de estratégias novas e de estudos compartilhados acredita e defende que avaliação seja de acordo com a concepção de Luckesi (2002):

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. **A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida.** Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la. Mas... Fica o convite a todos nós. É uma meta a ser trabalhada, que, com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo (**grifo nosso**).

Como o autor mesmo destaca, é difícil compreender a avaliação como um instrumento de inclusão que vem ao encontro de um processo de compreensão e prática educacional que nos auxilie, enquanto professores e gestores, no processo de ensino aprendizagem. Que as avaliações externas possam caminhar juntas com o cotidiano escolar e sua realidade, e que deixem de ser meros dados estatísticos e estabelecimento de metas a alcançar e passe a ser um instrumento fidedigno de resultados pautada em propósitos que atendam os objetivos das políticas públicas educacionais e à construção democrática e participativa de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem por meio das avaliações internas da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, cujo foco foi discutir os impactos das Avaliações Externas no Cotidiano Escolar, procuramos detectar as dificuldades e impactos que a mesma causa no resultado do ensino aprendizagem. O objetivo é que, a partir do PPP, possamos traçar estratégias, diversificarmos a maneira de avaliar e conscientizarmos os envolvidos no processo sobre o verdadeiro sentido da avaliação no contexto escolar, tal como afirma Freitas (2009, p. 9):

Embora a avaliação da aprendizagem em sala de aula seja o lado mais conhecido da avaliação educacional, este não pode ser tomado como o único nível existente de avaliação. **A desarticulação ou desconhecimento da existência dos demais níveis e a desconsideração da semelhança entre suas lógicas e suas formas de manifestação acabam por dificultar a superação dos problemas atribuídos à avaliação da aprendizagem.** Os resultados desta precisam ser articulados com os outros níveis que compõem o campo da avaliação, sob pena de não darmos conta da complexidade que envolve a questão e reduzirmos a possibilidade de construção de processos decisórios mais circunstanciados e menos ingênuos. Neste sentido, não podemos esquecer que a educação é um fenômeno regulado pelo Estado. A própria escola (de massa) é uma instituição do Estado. Isso nos obriga a considerar outros níveis de avaliação: tanto da instituição escolar, denominada avaliação institucional, como do próprio sistema como um todo, a avaliação de redes de ensino (**grifo nosso**).

Assim, reforçamos a importância da articulação entre todos os tipos de avaliação. É fundamental compreendermos a lógica das avaliações externas e incorporarmos ações que minimizem a “estranheza” desses instrumentos aos nossos alunos e professores, mas sempre tendo em mente que a avaliação não pode se resumir ao ato de atribuir notas e conceitos. Temos um longo caminho a percorrer, precisamos democratizar quebrar paradigmas, avançar nos encontros e discussões, refletir sobre o papel do educador na formação do aluno e sua atuação no contexto social. Desse modo esperamos com este trabalho contribuir para reforçar as discussões e pareceres que envolvem a avaliação pedagógica educacional para que envolvam a avaliação pedagógica educacional para que esta possa subsidiar, conforme salienta Pinto (2011) o

que a LDB em seu artigo 3º diz sobre os princípios básicos com que o ensino público deverá ser ministrado, dentre eles, a gestão democrática do ensino público e a garantia do padrão de qualidade.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BELO HORIZONTE. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Carlos Campos – 2014.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9394/96.
- BROOKE, N. **O futuro das políticas de responsabilização. Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.36, n.128, p. 377-401, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2015
- DARLING HAMOND e ASCHER. **Avaliação Institucional: A Avaliação da Escola como instituição**. 1991
- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2002.
- FILHO, Júlio de Mesquita. UNESP. **Avaliação Educacional e Escolar**.
- FREITAS, L. C. ET AL. **Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ. Vozes. 2009.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação: O que é prática: a escola como instituição**. 2009, p. 85
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- PINTO, M. A. R. **Política Pública e Avaliação: o Saesp e seus impactos na prática profissional docente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

**ANEXO 1 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
CARLOS CAMPOS**



ESCOLA ESTADUAL CARLOS CAMPOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**BEATRIZ CAMPOLINA DA SILVA
CARMÉLIA LEITE NAMETALA**

BELO HORIZONTE – 2014

ESCOLA ESTADUAL CARLOS CAMPOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Jeanne Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE – 2014

SUMÁRIO

Introdução	04
Finalidades da Escola	06
Estrutura Organizacional	07
Currículo	09
Tempos e Espaços Escolares	10
Processos de Decisão	12
Relações de Trabalho	13
Avaliação	15
Considerações Finais	17
Referências	18

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Carlos Campos está localizada em uma região periférica da cidade de Belo Horizonte, situada à Rua Jornalista Osvaldina Nobre, nº 100, no Bairro Eymard.

O espaço físico, instalações, equipamentos e recursos humanos atendem à Resolução Anual deliberada pela Secretaria Estadual de Educação que estabelece critérios para o quadro de pessoal da escola.

O número de pessoal depende de critérios relacionados ao número de alunos a serem atendidos. Portanto, falta pessoal para atender aos casos específicos e que requerem maior atenção.

A escola conta com 356 alunos, funcionando em 2 turnos: manhã e tarde com 7 salas de aulas, uma sala de vídeo de pequeno porte, sala da diretoria, sala de professores, secretaria, cantina, biblioteca pequena, cantina e uma quadra sem cobertura.

Fundada em 1962, com o nome de Escolas Combinadas da Vila Eymard, tendo em vista o disposto no artigo 22 da Lei Nº 2610 de 8/01/1962. Posteriormente recebeu a denominação de Grupo Escolar Carlos Campos, de acordo com o Decreto Nº 10297 de 13/02/1967. E finalmente em 14/02/1967, a Escola Estadual Carlos Campos foi criada.

Pertence à rede estadual de ensino, sendo o número de funcionários no setor administrativo considerado suficiente, mas, quanto à parte pedagógica faz-se necessário a contratação de pessoal, principalmente professor de apoio e reforço escolar.

A comunidade escolar é participativa e sempre que solicitada comparece à escola. A política educacional é democrática, onde a participação de todos os atores educacionais é fundamental.

O processo ensino aprendizagem é pautado em um planejamento coletivo onde o centro é o aluno e sua aprendizagem que deve ser efetiva com condições de igualdade entre os pares.

O Projeto Político Pedagógico é elaborado atendendo a legislação vigente e as normas do sistema estadual de ensino. É dinâmico, inovador e é acompanhado periodicamente no que diz respeito à eficácia, sendo reformulado e alinhado de acordo com as necessidades apresentadas, pois é ele que define o ideal da escola. Conforme Azevedo (2002, p. 80):

uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar na Constituição/88 referendar na LDB/96 foi à gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a educação nacional.

A gestão democrática foi e é uma conquista importante, pois é através dela que se pode garantir o oferecimento de uma educação de qualidade para todos. Ela assegura e proporciona a participação da família na escola e estreita as relações entre os atores educacionais.

FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Estadual Carlos Campos tem uma postura inovadora e coletiva na construção de seu processo ensino aprendizagem, ou seja, processo coletivo que envolve tanto ações do educando quanto ações do educador, e conseqüentemente, a relação que se constrói em torno do ensino e da aprendizagem.

Segundo Cury (2014, p.5):

O direito a educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar dos padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sinequanom* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos.

Tal postura visa à compreensão dos alunos, dos conteúdos curriculares tanto pela via intelectual, quanto pela via prática. Busca utilizar e construir espaços e instrumentos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento de domínios práticos de ação e reflexão tanto dos alunos quanto dos professores e demais atores escolares, promovendo assim o desenvolvimento integral do educando por meio de uma prática pedagógica crítica e reflexiva.

Compete a esta escola efetivar não apenas a formação intelectual, mas também a formação moral, emocional e física do aluno, assegurando sua permanência na escola. Criar estratégias por meio de um planejamento curricular pedagógico, que contemple as necessidades da clientela escolar, trabalhá-las e inserir competências para que o aluno seja um cidadão consciente, questionador e possa influenciar a sociedade com atitudes positivas frente às questões sociais.

A necessidade de transformação da sociedade atual, especificamente nas questões morais é a base para o planejamento do trabalho escolar, proporcionando ao aluno momentos de pesquisa e concretização, embasados na reflexão-ação, de maneira democrática. A escola procura motivar a busca e alcance dos objetivos pedagógicos assegurando o que prevê o artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a

colaboração da sociedade, visando ao pleno exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O papel democrático da escola perpassa pelo objetivo de democratizar a participação aluno X escola X família para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estrutura Organizacional Administrativa

O quadro de pessoal da escola comporta os seguintes funcionários: 14 Professoras Regente de Turmas, todos com formação superior, 02 Professoras Eventuais, 6 Auxiliares de Serviços Gerais, 02 Auxiliares Técnico Administrativos, 02 Especialistas de Educação Básica, 01 Secretária, 01 Vice-Diretora e uma Diretora.

A escola funciona em dois turnos: manhã e tarde.

O prédio escolar é composto por 07 salas com um número de 25 a 30 alunos por turma, 01 sala de multimeios, 01 sala para a direção, 01 sala para professores, 01 cantina, 01 quadra descoberta, 01 pátio, 02 banheiros para alunos e 02 banheiros para funcionários.

A escola administra recursos financeiros oriundos do Governo Federal, PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, Alimentação Escolar, Manutenção e Custeio e programas específicos que variam anualmente.

Os recursos físicos existentes atendem somente a parte administrativa, sendo 05 computadores, 03 impressoras. 03 copiadoras, 02 impressoras matriciais 02 TVs, 01 data show e um retroprojeto.

O mobiliário é específico para cada funcionário e as carteiras atendem ao número de alunos.

Possui também um farto material didático pedagógico literário e jogos pedagógicos; o que muito contribui para o alcance das metas acordadas.

Estrutura Organizacional Pedagógica

O trabalho da Escola Estadual Carlos Campos visa atender a clientela escolar dentro e fora da faixa etária, obedecendo à legislação vigente, informando à comunidade escolar sobre o período de ingresso do aluno, bem como garantir o zoneamento para a efetivação da matrícula, no intuito de atender ao Artigo 5º da Lei de Diretrizes e Base da Educação, nº 9394/96, no qual prevê: “I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; II – fazer-lhes chamada pública” (Brasil, 1996, art. 5).

O ingresso de alunos na escola é realizado via cadastro escolar ou matrícula na própria escola. Os mesmos são enturmados por idade e de acordo com níveis de aprendizagem.

O trabalho pedagógico é organizado através da Pedagogia de Projetos Institucionais e Interdisciplinares baseados na utilização e construção de instrumentos pedagógicos fomentando o desenvolvimento da pesquisa e espírito investigativo que proporciona e promove a integração da comunidade escolar com um todo.

A escola trabalha com alguns projetos institucionais, como por exemplo:

- Projeto Literário para incentivo à leitura com participação da família: Mala Viajante;
- Projeto Ortográfico para melhoria da escrita: Ortografando Legal e Cartas Trocadas;
- Projeto Meio Ambiente: conscientização da comunidade sobre os direitos dos animais - Lugar de bicho é livre na natureza;
- Projeto de Alfabetização Anos Iniciais: O Pote de Melado e Cabe na Mala.

Os projetos desenvolvidos na Escola valorizam a formação do leitor, o desenvolvimento da leitura e escrita, e a conscientização e preservação da fauna e flora.

O Plano de Curso é realizado anualmente com subdivisões bimestrais e planejamento semanal mediante reuniões e encontro entre os pares no Módulo II. Os encontros com a comunidade escolar são realizados bimestralmente para entrega de resultados, eventualmente quando a presença do pai é solicitada para tratar de assuntos

específicos, palestras, nos momentos festivos e nos encontros para elaboração de projetos.

A ação didático pedagógica é planejada de forma coletiva com levantamentos feitos por meio de avaliações paralelas ao conteúdo trabalhado, análise de gráficos de resultados, pesquisa aos pais sobre o desenvolvimento do planejamento.

CURRÍCULO

A proposta curricular da Escola Estadual Carlos Campos é pautada em oferecer uma educação de qualidade a todos que a ela tiverem acesso, sem discriminação e também democratizar o espaço escolar incentivando a participação da comunidade escolar em seus projetos pedagógicos, pois, segundo (Lopes, 2005.p. 49),

o discurso que valoriza a cultura comum é potencializado pelo discurso que valoriza as tradições acadêmicas das disciplinas escolares, pois, de forma geral, é em nome da legitimidade conferida aos saberes das disciplinas científicas que são sustentadas as posições que valorizam um conjunto de saberes entendido como necessário a toda e qualquer pessoa.

A escola acredita na prática de um currículo inovador com base na clientela que vai atender e no trabalho coletivo.

A escola segue o modelo estadual que são as Matrizes de Referência, sendo que este documento apresenta os conteúdos curriculares previstos em lei de forma linear, por ciclo de escolaridade, observando a faixa etária, as habilidades a serem adquiridas e consolidadas contextualizadas por atividades concretas e lúdicas.

Os conceitos a serem adquiridos nas Matrizes Curriculares abordam habilidades cognitivas e motoras que vão de encontro à clientela atendida pela escola que oferece o Ciclo Inicial de Alfabetização e o Ciclo Complementar.

Para que os objetivos propostos nas Matrizes Curriculares sejam alcançados é realizado um trabalho pedagógico interdisciplinar, por meio de projetos elaborados de forma coletiva entre os educadores da escola, utilizando as reuniões semanais pós-turno destinados ao planejamento pedagógico.

Os Projetos Escolares visam à formação cidadã dos alunos resguardando seus direitos e deveres na sociedade, consciência ambiental com agente transformador para o

equilíbrio e preservação da natureza e valores culturais, pois, ainda que uma reforma curricular não seja o principal motor de justiça social, tornar a escola “um ambiente mais democrático e igualitário é um objetivo tão legítimo quanto o de usá-la como instrumento de transformação da sociedade” (Silva 1990, p. 64).

A proposta curricular da escola preservou as disciplinas tradicionais, sendo a Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física, Educação Religiosa e Arte em suas diferentes linguagens, de acordo com a Resolução SEE Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais.

As diretrizes Curriculares da escola são adotadas de um modelo nacional, porém, por meio de projetos assegura-se que estas estejam em consonância com a realidade da escola. A escola oferece o Ensino Fundamental, sendo Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade: 1º, 2º e 3º ano e Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade: 4º e 5º ano. Trabalham-se os temas transversais contextualizando a conteúdos da Base Nacional Comum e aos projetos desenvolvidos internamente.

O trabalho pedagógico é realizado atendendo a legislação vigente e também resguardando o conhecimento de nossos saberes por meio de um trabalho inovador desenvolvido em projetos com temas de interesse dos alunos e questões atuais.

A escola parte do pressuposto que a educação é direito de todos e requer um envolvimento de todos os seus atores proporcionando um movimento dialógico entre escola e sociedade.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Estadual Carlos Campos busca desenvolver o melhor para o educando, no que diz respeito ao planejamento organizado do trabalho observando e considerando o espaço físico existente. De acordo com (LIBÂNEO, 200, p.1):

as escolas existem para promover o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos por meio da aprendizagem de saberes e modos de ação, para que se transformem em cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Seu objetivo primordial, portanto, é o ensino e a aprendizagem, que se

cumpra pelas atividades pedagógicas, curriculares e docentes, estas, por sua vez, viabilizadas pelas formas de organização escolar e de gestão.

A Escola Estadual Carlos atende alunos da faixa etária de 5 a 10 anos, oferece Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Realiza suas atividades em dois turnos, sendo manhã e tarde, os horários são divididos em módulos de 50min e com 15 minutos de recreio e o ano escolar é dividido em quatro bimestres anuais. A carga horária de trabalho do professor é de 20 horas aulas semanais e 8 horas destinadas ao planejamento.

Possui um espaço físico restrito necessitando de salas ambientes, laboratório de informática para atender aos alunos com um todo, priorizando alunos com baixo rendimento. Segundo (FREITAS, 2004, p.01):

a forma escola atual é a longa concretização de uma visão de mundo e de educação predominantes. É uma forma historicamente produzida segundo certas “intenções”. Vista com ingenuidade é um conjunto de salas de aula e espaços agregados (refeitório, cozinha, sala dos professores, do diretor, pátios, etc.) destinados a acolher as novas gerações. A arquitetura parecera neutra, à primeira vista. Entretanto, tais espaços *instituem relações* entre aqueles que os habitam. São campos de poder assimetricamente constituídos no interior de uma sociedade de desiguais. A finalidade geral é poder alterar as relações de seus habitantes (em especial os estudantes) com as coisas e com as pessoas.

Apesar de a escola estar organizada em seus tempos e espaços escolares de acordo com as políticas educacionais estaduais busca-se oferecer uma educação voltada para a realidade da comunidade escolar visando uma inclusão com qualidade.

Busca desenvolver um trabalho voltado para o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem através de aulas de reforço, incentivar a participação de professoras em curso de formação e atualização, assegurar uma gestão participativa e democrática da escola integrando escola e comunidade.

Obedecendo a Legislação Estadual: Resolução SEE Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 a escola atende alunos do Ciclo da Alfabetização e o Ciclo Complementar, pois segundo FREITAS, 2003, p.25):

Os ciclos trazem uma nova prática curricular baseada ora na transversalidade de temas, ora em uma forma mais elaborada como complexos temáticos que orientam a ação de coletivos de professores. Abrem espaço para que a escola não seja uma mera implementadora de currículos centralizados, permitindo que as características culturais locais também sejam contempladas.

Quanto aos espaços escolares desenvolvemos atividades com materiais concretos, utilizamos o lúdico. A rotina da sala de aula é flexível e atende aos objetivos a serem alcançados naquele assunto. Procura-se modificar o espaço de trabalho em sala de aula quanto à disposição das carteiras e o modo de desenvolver as atividades, podendo ser individuais ou grupais. O professor utiliza os espaços da escola para jogos, dinâmicas e atividades culturais. Os espaços além da escola: visitas a museus, excursões e outros, são pouco utilizados devido à falta de recursos financeiros disponíveis pela escola e pelos alunos, apesar de acreditarmos na importância e no enriquecimento que esta utilização significa.

PROCESSOS DE DECISÃO

Os processos de decisão de uma escola estão intrinsecamente ligados ao tipo de gestão que ela pratica.

A Constituição de 1988, em seu artigo 206, assumidos no artigo 3º da Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB consta, explicitamente, a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

A Escola Estadual Carlos Campos desenvolve uma gestão democrática, investigativa e centrada em assuntos inerentes à sua função e deve assegurar a participação efetiva dos atores educacionais, por meio de uma gestão colegiada onde o mesmo é escolhido entre os profissionais da escola por meio de um processo de eleição. O membro mais votado por seus pares irá então representá-lo.

As reuniões do Colegiado Escolar acontecem em caráter ordinário uma vez por mês e extraordinário sempre que houver necessidade. A direção sempre consulta o Colegiado sobre as decisões a serem tomadas sendo que algumas questões são de caráter consultivo e outras deliberativo. O Colegiado tem autonomia para tomar iniciativas para melhorias da parte administrativa e pedagógica da escola.

A escola possui somente o Colegiado Escolar. As decisões são tomadas buscando assegurar a participação dos alunos, por meio de atividades de consultas como eventos e pesquisas. Quanto aos pais são presentes em sua maioria, e sempre são incentivados

por meio de encontros, palestras e eventos e o resultado é positivo, pois esta interação proporciona oportunidade que os interesses familiares sejam conhecidos pela escola.

Prevalece na escola relações harmoniosas e hierárquicas onde a função da direção, que foi escolhida por processo eletivo, é exercida observando a legislação vigente, que varia de acordo com o período da escolha, no caso a Resolução SEE n.º 1812, de 22 de março de 2011 (república em 15 de abril de 2011), as ordens emanadas do sistema de ensino e as necessidades da comunidade escolar.

A escola procura desenvolver uma gestão democrática acreditando no que Souza, 2010 afirma. Para o referido autor:

a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas, e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola.

É nesta perspectiva que esta instituição desenvolve suas atividades, atribuindo a cada segmento suas funções e monitorando periodicamente o trabalho, avaliando o servidor através de Avaliação de Desempenho, para a tomada de ações corretas.

O trabalho pedagógico é realizado sob a supervisão de duas Especialistas de Educação Básica (Supervisoras Pedagógicas), juntamente com as Professoras Regentes obedecendo às normas curriculares propostas para o nível de ensino através de encontros semanais no contra turno para troca de experiências e acompanhamento dos objetivos propostos.

RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações pessoais em um ambiente de trabalho oscilam de acordo com o momento temporal que a escola está vivendo.

Normalmente o início do ano letivo é mais harmônico, os relacionamentos entre os profissionais da escola e entre professores e alunos. Quanto aos pais e a escola há um clima de expectativa e dúvidas que são resolvidas na reunião de pais no início do ano letivo.

No decorrer da rotina escolar, a escola se depara com algumas rotatividades de pessoal o que impacta no entrosamento da equipe. Outro fator é quanto ao despreparo do

profissional da educação em sua formação uma vez que a teoria se distancia cada vez mais da prática, ocasionando assim choque de opiniões que se solucionam no decorrer do trabalho e na troca de experiência entre os pares. Neste sentido é importante que se reflita sobre o pensamento de GARCIA, (2011, p. 132);

uma ideia bastante recorrente na prática educacional, a escola de um modo geral é por excelência o palco da diversidade e é preciso que se tenha clareza do que significa isso na sua organização e funcionamento, nos seus mínimos detalhes, e do que se precisa realizar para não se deixar sucumbir pelos problemas advindos da relação constante e ininterrupta com as questões próprias do buscar conviver harmoniosamente com as diferenças, seja as que dizem respeito aos alunos, aos educadores e educadoras ou aos funcionários. De um modo geral, a educação privada lida com este problema praticando a seleção e a homogeneização, mas, na escola pública, é preciso aprender a lidar com todos sem excluir e discriminar. É preciso se convencer e acreditar que é possível se construir uma escola que não trate as diferenças como obstáculo ou empecilho, mas como um desafio a ultrapassar, um desafio que nos torna melhores e mais competentes educadores.

O professor devido a uma rotina de trabalho, que é na maioria de dupla jornada, encontra-se sobrecarregado, ocasionando patologias como: stress e síndromes, o que gera licença médica alterando o comportamento e o desempenho em sala de aula, ficando impaciente e desatento.

As situações de conflitos entre os profissionais, alunos e pais são encaminhados para os agentes responsáveis por cada área. A comunidade escolar tem uma participação discreta, porém efetiva e contribui para a disseminação de ideias ou acordos firmados entre os atores da educação.

O envolvimento da família na escola é efetivo, porém ainda discreto o que está sendo solucionado através de reuniões periódicas com participação dos alunos em eventos e palestras de cunho social e educativo, cujos temas respondem aos interesses dos pais. O trabalho escolar é desenvolvido procurando a melhor maneira de solucionar problemas ou conflitos gerados na rotina escolar, partindo da premissa de que segundo Rego, (2003, p.22): “escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão”.

A autonomia delegada à direção da escola se depara às vezes com os poderes exteriores a ela, como afirma Weber, (1979, p. 42-43):

Na escola nem sempre o diretor está fazendo cumprir ordens delimitadas por ele mesmo. A autoridade de que esse profissional está investido para comandar um grupo de subordinados, por exemplo, pode derivar de um poder exterior a ele, ou

seja, do Estado, através da Secretaria da Educação ou de outros órgãos. Sua autoridade está sendo realizada para impor a vontade de outrem. Na realidade, é o Estado quem dita como serão as relações, como deve ser estruturada a escola. Nem sempre o poder que o diretor pratica emana de sua vontade própria. Embora não esteja descartada uma relativa autonomia no exercício dos profissionais de comando da escola, ela pode existir desde que não contrarie a autoridade central.

Cabe ao gestor ser o articulador das relações interpessoais na escola, pois segundo Lucchesi (1997, p. 233), “o diretor é importante profissional nesse contexto”.

Ele deve ser um articulador, pois, como salienta Lucchesi (1997) Apud JAPECANGA, (2014, p. 45):

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição... Para isso, faz-se necessário que ele esteja conscientizado das microrrelações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal... Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tornando uma prática institucional: o direto representa o poder de plantão.

Com relação à formação dos profissionais que atuam na escola, dentre dezesseis, quinze possuem graduação em Pedagogia ou Normal Superior, somente um profissional com curso Magistério.

A escola procura incentivar seus profissionais na participação em capacitações oferecidas pelo sistema de ensino e também em eventos relacionados à educação. Porém se depara com a falta de cursos oferecidos na escola devido à escassez dos mesmos.

A direção e a equipe escolar estão conscientes da importância da formação dos educadores e se empenha em se aperfeiçoarem cada vez mais.

AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento que possibilita diagnosticar, redirecionar e tomar ações corretivas de projetos, objetivos e ações.

A Escola Estadual Carlos Campos avalia não só o desempenho do aluno, mas também as demais dimensões do processo educativo, entre eles: o acompanhamento do trabalho docente, a participação da família na escola, o desenvolvimento do Processo

Político Pedagógico (PPP) e o desempenho dos alunos em todos os aspectos cognitivos e sociais. Nesse sentido DARLING-HAMMOND; ASCHER (1991, p.7) afirma que:

Duas ressalvas finais e importantes se fazem necessárias: a primeira diz respeito ao fato de que este processo de avaliação institucional e a ampliação do controle social não podem estar desconectados da participação das pessoas que “fazem” a escola todos os dias: alunos e seus familiares, diretores e pedagogos, professores e funcionários. Pois quando as propostas inovadoras que surgem no cotidiano escolar se esquecem de incluir aquelas pessoas nos processos de tomada de decisão, via de regra, quedam-se fadadas ao insucesso, uma vez que essas pessoas não irão ajudar, responsabilizando-se por encontrar as soluções dos problemas, se elas não puderam participar do processo de gestão escolar que visava resolver esses mesmos problemas.

Ao se organizar um processo de avaliação, deve-se considerar como ponto de partida o aluno e como se pode verificar o resultado do trabalho do professor. A escola deve assegurar o desenvolvimento do planejamento curricular que é elaborado considerando todos os envolvidos no processo e periodicamente durante o desenvolvimento da aprendizagem realizando atividades de verificação da aprendizagem, junto aos alunos de forma coletiva e individual por meio de atividades diversificadas e trabalhos realizados na sala de aula e direcionados para casa, observando sempre os objetivos propostos nas unidades de ensino do período. A cada sondagem realizada, devem-se pontuar os resultados, analisá-los e verificar o alcance ou não dos objetivos e em seguida tomar ações corretivas por meio de atividades de fixação ou retrabalho de introdução e ou explicação sobre abordagens dos temas. Diante do estudo dos resultados, avalia-se o perfil da turma para a realização de um retrabalho feito pelo professor. A equipe pedagógica tem papel fundamental no curso destas avaliações.

A escola vê a avaliação como formativa, de conhecimento e civilidade. Deve-se ater aos resultados, mas não perder de vista as avaliações como meio de interagir, conhecer e trabalhar as práticas escolares e sociais.

A opinião e participação da família são acompanhadas por meio de reuniões bimestrais, eventos e encontros onde é realizada uma consulta aos pais sobre o andamento da escola e colhidas sugestões para o melhor desenvolvimento do trabalho.

O trabalho do setor administrativo também é avaliado durante o ano por meio de coleta de dados realizado entre os servidores com coleta de opiniões, de dados por meio de relatórios escritos e verbais realizados com a direção escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico deve ser avaliado e revisado por todos que fazem parte da escola, implicando assim na realização de uma gestão democrática.

Portanto, segundo AZEVEDO, (2002, p.80):

o processo de construção e implementação do Projeto Político Pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionadas e na consideração da origem dos mesmos.

A gestão da Escola Estadual Carlos Campos, através do Projeto Político Pedagógico (PPP) e outros projetos acreditam em uma educação de qualidade acompanhando o planejamento proposto resguardando que a educação seja oferecida a todos.

Com tais procedimentos acredita-se contribuir para a formação de um educando cidadão, crítico, ciente de seus direitos e deveres, proporcionando a todos os envolvidos no processo educacional melhor participação no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Mere. Questões fundamentais da educação social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, **Revista Nova Escola**, Shulgin, v.n. (2007). Disponível em: revistaescola.abril.com.br. Acesso: 16/10/2014.

AZEVEDO, Janete M.L. de. Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal, **Revista Educação & Sociedade**. 80, Campinas: CEDES, 2002.

BELO HORIZONTE. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Carlos Campos – 2014.

_____. Regimento Escolar da Escola Estadual Carlos Campos. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso: 16/10/2014.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 16/10/2014.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad2.pdf. Acesso: 16/10/2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito a Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso: 16/10/2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclo ou Séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos escolares da escola? GT 13-27 Reunião Anual da ANPEd. 2004. Disponível em: 27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf. Acesso: 16/10/2014.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e Carmo, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o processo de tomada de decisão**. 2001. Disponível em: http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf. Acesso: 16/10/2014.

GORODICHT, C. e SOUZA, M.C. Complexo temático. In: Silva, L.H. (org.). **Escola Cidadã: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.76-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso: 16/10/2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso: 16/10/2014.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras, v.6. n.2, p.49, 2006. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 16/10/2014.

SCHEIBE, Leda e AGUIAR, Márcia Ângela. **Formação de Profissionais da Educação no Brasil: O Curso de Pedagogia em Questão**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf>. Acesso: 16/10/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et AL. **Caminhos possíveis na construção democrática da escola**. 2010. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais3.pdf. Acesso: 16/10/2014.